

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

Eduardo do Nascimento
(Organizador)



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

Eduardo do Nascimento
(Organizador)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Rede contestado de educação, ciência e tecnologia 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Eduardo do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R314 Rede contestado de educação, ciência e tecnologia 2 /
Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-375-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.757210508>

1. Educação. 2. Ciência e Tecnologia. I. Nascimento,
Eduardo do (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE RIO DAS ANTAS E A GUERRA DO CONTESTADO (1911-1916)	
Márcia Janete Espig	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105081	
CAPÍTULO 2	12
A INCLUSÃO DIGITAL DE IDOSOS NA REGIÃO DO CONTESTADO	
Mônica Grandó	
Jane Suzete Valter	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105082	
CAPÍTULO 3	24
A PEDAGOGIA PRÁTICA DE JOÃO MARIA DE AGOSTINI	
Cleber Duarte Coelho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105083	
CAPÍTULO 4	33
A PERSPECTIVA DE UMA PROFESSORA DA EPT NÃO LICENCIADA SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE	
Emanuelle Alves de Medeiros	
Eduardo do Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105084	
CAPÍTULO 5	44
COMPARAÇÃO ENTRE DOIS MÉTODOS DE MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM UNIÃO DA VITÓRIA/PR	
Cléria Maria de Melo	
Bruna Aparecida Alves da Silva	
Mariane Félix da Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105085	
CAPÍTULO 6	56
CONSERVAÇÃO, INSERÇÃO E EXPANSÃO DE ABELHAS NATIVAS SEM FERRÃO NA APP E NO ENTORNO DO IFSC CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL-RAU	
Anderson José Antonietti	
Mário Cesar Sedrez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105086	
CAPÍTULO 7	69
CORES E FRAGMENTOS NO MOSAICO ARTÍSTICO DO CONTESTADO	
Rita Inês Petrykowski Peixe	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105087	

CAPÍTULO 8..... 82

CULTURA E TECNOLOGIA NA REGIÃO DO CONSTESTADO: PERFIL DOS PARTICIPANTES DO PROJETO GRUPO DE DANÇA GAÚCHA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CÂMPUS VIDEIRA

Leila Lisiane Rossi
Bruno Pergher
Angela Maria Crotti da Rosa
Lizete Camara Hubler
Maurício Natanael Ferreira
Luiz Gustavo Moro Senko

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105088>

CAPÍTULO 9..... 91

DISPUTAS PELA MEMÓRIA DO TERRITÓRIO CONTESTADO: UM MAPEAMENTO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CABOCLA

João Felipe Alves de Moraes
Diego Gudas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105089>

CAPÍTULO 10..... 103

ELEMENTOS PARA A PRÁTICA EXTENSIONISTA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO CONTEXTO INTERIORANO BRASILEIRO

William Douglas Gomes Peres
Letíssia Crestani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050810>

CAPÍTULO 11 115

ESTUDO DO USO DE DETERGENTE NO CONCRETO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Simone Aparecida da Silva Souza
Débora Fátima Alberici

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050811>

CAPÍTULO 12..... 126

ESTUFA PARA CULTIVO DE PLANTAS UTILIZANDO ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL LED: MONITORANDO GRANDEZAS ELÉTRICAS E AMBIENTAIS ATRAVÉS DE UM APLICATIVO PARA INTERNET DAS COISAS

Cláudio Eduardo Justin de Freitas
Lucas José da Rosa
Yuri Matheus Scheuer
Anna Baasch Raizer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050812>

CAPÍTULO 13..... 139

IMIGRAÇÃO HAITIANA NA MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA: ASSOCIAÇÃO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Jordan Brasil dos Santos

Jonathan Viana da Silva
Leon Mclouis Borges de Lucas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050813>

CAPÍTULO 14..... 151

INQUÉRITOS FORJADOS NO FIO DA DEGOLA: MAURICIO DE LACERDA E O DEBATE NACIONAL ACERCA DO CONTESTADO

Viviani Poyer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050814>

CAPÍTULO 15..... 164

JOGOS PEDAGÓGICOS COMO FERRAMENTA DE ENSINO PARA ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mariquiel dos Santos

Claudio Adão da Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050815>

CAPÍTULO 16..... 174

MEMÓRIA REDIMIDA: O PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DO MONGE JOSÉ MARIA COMO PERSONAGEM DE RPG

Christian Yuri Machowski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050816>

CAPÍTULO 17..... 184

O NOVO VALE DOS IMIGRANTES: O CONFLITO ENTRE ECONOMIA E CULTURA

Alexandre Lima de Oliveira

Francine Soares de Almeida

Karen Wesseler Jung

Daniel Granada da Silva Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050817>

CAPÍTULO 18..... 192

O PATRIMÔNIO CULTURAL E INDUSTRIAL PRESENTE NO MUSEU HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DA REGIÃO DO CONTESTADO

Lara Lima Felisberto

Merilena Alves de Lima Bueno

Juliana Aparecida Biasi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050818>

CAPÍTULO 19..... 205

OS HABITANTES DA GUERRA DO CONTESTADO (1912 – 1916): UMA ANÁLISE SOBRE O USO DO TERMO “CABOCLO” NA LITERATURA SOBRE O CONFLITO

Nathan Marcos Buba

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050819>

CAPÍTULO 20.....218

PERFIL SÓCIOECONÔMICO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NAS UNIDADES DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Mariana da Silva Barreto
Eduarda de Magalhães Dias Frinhani
Renata Fornari

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050820>

CAPÍTULO 21.....231

PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS E IMIGRANTES: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CÂMPUS CAÇADOR

Bianca Gonçalves Sousa de Moraes
David Ferreira Severo
Diogo Moreno Pereira Carvalho
Marta Ferreira da Silva Severo
Mayara Tsuchida Zanfra
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050821>

CAPÍTULO 22.....243

PROTAGONISMO DISCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA OPORTUNIDADE PARA A DESCOBERTA DA AUTONOMIA

Ana Claudia Viero
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento
Eduardo do Nascimento Karasinski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050822>

CAPÍTULO 23.....253

SALTOS DA HISTÓRIA: PERMANÊNCIAS DO CONTESTADO EM GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO

Natan Schmitz Kremer
Alexandre Fernandez Vaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050823>

CAPÍTULO 24.....265

SIMBOLOGIA CEMITERIAL NO CONTESTADO: LINGUAGEM, ARTE E RELIGIOSIDADE PROPOSITIVAS TEÓRICAS

Alcimara Aparecida Föetsch

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050824>

CAPÍTULO 25.....277

SUCESO DA ATER EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DO CONTESTADO EM SANTA CATARINA: CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DE UMA REDE DE ATORES

José Antônio Louzada
Guilherme Radomsky

Marcelo Antônio Conterato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050825>

CAPÍTULO 26.....289

TERRITORIALIDADE CABOCLA E DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Gabriela Haswany de Almeida

Katya Regina Isaguirre-Torres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050826>

CAPÍTULO 27.....300

TERRITÓRIO E TENSÕES DE TERRITORIALIDADES: UM DEBATE SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CONTESTADO

Marcia Chmura

Diane Daniela Gemelli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050827>

CAPÍTULO 28.....314

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: O RETRATO DE UMA REALIDADE A SER ENFRENTADA

Andrea Alves Cavalet

Hillevi Maribel Haymussi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050828>

SOBRE O ORGANIZADOR.....326

CAPÍTULO 26

TERRITORIALIDADE CABOCLA E DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Data de aceite: 23/07/2021

Gabriela Haswany de Almeida

Discente da Faculdade de Direito da
Universidade Federal do Paraná UFPR
Curitiba

Katya Regina Isaguirre-Torres

Docente da Faculdade de Direito da
Universidade Federal do Paraná UFPR
Curitiba

RESUMO: A Guerra do Contestado foi um conflito agrário ocorrido entre 1912 e 1916 na região que hoje forma o sudoeste do estado do Paraná e o noroeste do estado de Santa Catarina. Foi marcada pela brutalidade dos atos de expulsão do povo caboclo de suas terras e da reação do exército frente aos movimentos de resistência. Hoje, as cidades que se desenvolveram a partir dos redutos sofrem com elevados índices de pobreza, desemprego e violência. Este trabalho visa, portanto, a partir da historicidade da guerra, dados coletados e dos conceitos de justiça socioambiental, territorialidade e função social da terra, repensar de forma crítica o direito humano ao desenvolvimento sustentado pelo Direito, reconhecendo que não há como se falar em direito ao desenvolvimento sem falar do direito à terra.

PALAVRAS-CHAVE: Contestado; Justiça Socioambiental; Desenvolvimento.

1 | INTRODUÇÃO

A Guerra do Contestado foi um conflito agrário que teve início em 1914 com a colonização tardia do planalto catarinense. Até o final do século XIX a região era povoada por povos originários e foi paulatinamente ocupada pelo processo de expansão da atividade pecuária entre os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Entretanto motivado pela necessidade de afirmar seu domínio sobre o território, o Estado brasileiro fez valer sua soberania por meio da construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, concedendo a iniciativa em 1905 à Brazil Railway Company, entidade privada estrangeira, concessão para construção além de parte destas terras para colonização e exploração madeireira. Tendo em vista a vasta floresta de araucárias e outras madeiras nobres naturais da região, imigrantes majoritariamente italianos, poloneses e alemães vieram para compor a mão de obra na exploração madeireira. Tais fatores levaram à brutal expulsão dos povos que ali residiam.

Em tempos anteriores, meados de 1890, peregrinava pelos planaltos serranos o monge João Maria, descrito como homem simples que semeava palavras de respeito e resistência. Assim, com a desestruturação da vida campesina presente na região pelas ações do Grupo Farquhar, as palavras do monge João Maria e de seu sucessor, José Maria motivaram

os caboclos a lutar pela permanência nas terras e pela sua cultura, desencadeando a Guerra Santa do Contestado que ocorreu entre 1912 a 1916. A Guerra do Contestado foi um movimento de resistência dos caboclos contra as forças armadas brasileiras pelo direito de permanecer nas suas terras. Terras que hoje encontram-se abandonadas pelo governo ou nas mãos de latifundiários e conglomerados econômicos contrariando o princípio da função social da terra em detrimento do povo caboclo e camponês.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O tema-problema do presente trabalho consiste em a partir da experiência da Guerra do Contestado e considerando a territorialidade vivida pelos povos da região, compreender as dimensões do conflito em sua historicidade para então analisar qual seria o seu aprendizado para repensar o modelo de desenvolvimento na perspectiva da justiça socioambiental. São etapas de desenvolvimento do trabalho destacar a importância da territorialidade vivida pelo povo caboclo da região sob a perspectiva do marco teórico da justiça ambiental para em seguida repensar o direito humano ao desenvolvimento.

Como objetivos específicos, o trabalho busca resgatar elementos da historicidade da Guerra do Contestado, bem como compreender o conceito de justiça ambiental para, no final, tratar da necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento dominante a partir da referência da função social da terra. A metodologia utilizada para a produção deste trabalho foi a revisão bibliográfica e a consulta à legislação.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Movimento de Justiça Ambiental teve início nos Estados Unidos na década de 1980 e se distanciou da antiga visão hegemônica que considerava a crise ecológica como uma consequência compartilhada fruto da ação individual de cada ser humano, para reconhecer que os riscos ambientais são desigualmente divididos por raça e renda (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 18; RAMMÊ, 2012, p. 17). Sob esta ótica surgiu o conceito de racismo ambiental, que representa a adoção de políticas públicas ambientais que prejudiquem de modo desigual determinados indivíduos e comunidades. Entende-se portanto, que o racismo ambiental trata-se de uma forma de discriminação institucionalizada que não precisa ser intencional para ser reconhecida (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 20; RAMMÊ, 2012, p. 18). Hoje a experiência norte-americana ganhou o mundo sob contornos mais amplos abarcando “todos os conflitos socioambientais, cujos riscos sejam suportados de forma desproporcional sobre populações socialmente vulneráveis ou mesmo sobre os países ditos de Terceiro Mundo” (RAMMÊ, 2012, p. 23).

É, então, com base nessa crítica que vai além do conceito de desenvolvimento comumente associado à produtividade e ao progresso capitalista, incorporando na discussão também a necessidade de proteção ambiental e distribuição igualitária dos

recursos naturais, que surge o conceito de ecossocialismo como “uma escolha que propõe uma política econômica visando às necessidades sociais e ao equilíbrio ecológico e, portanto, fundada em critérios não-monetários e extra-econômicos” (Löwi, 2009, p. 35).

No Brasil, por sua vez, o movimento socioambiental teve início a partir do processo histórico de redemocratização do país após o fim da Ditadura militar em 1984 e foi consolidado com a promulgação da Constituição de 1988, com destaque para o Art. 225 que trata sobre o direito das presentes e futuras gerações ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado. Ainda, teve sua temática fortalecida pelo advento do conceito de desenvolvimento sustentável promovido pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, (ECO-92) (SANTILLI, 2005, p. 12). Conforme Juliana Santilli:

O socioambientalismo foi construído a partir da ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental. Mais do que isso, desenvolveu-se a partir da concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental – ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos – como também a sustentabilidade social – ou seja, deve contribuir também para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores como justiça social e equidade. Além disso, o novo paradigma de desenvolvimento preconizado pelo socioambientalismo deve promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental (SANTILLI, 2005, p. 14)

Ante o exposto, uma das consequências lógicas do Movimento por Justiça Socioambiental é, portanto, a contestação do modelo de desenvolvimento capitalista que orienta a divisão espacial das atividades econômicas e sua produtividade, representando, desta forma, um movimento de resistência ao questionar o uso dos recursos naturais e a sua finalidade:

Até aqui o modelo de desenvolvimento tido como ambientalmente perverso viria se mantendo porque configurou um padrão sócio político que sobrecarrega de malefícios à saúde e ao bem-estar às populações destituídas de recursos financeiros ou políticos. Os partícipes do Movimento acreditam que protegendo os despossuídos da concentração dos riscos se estará criando resistência à degradação ambiental em geral, posto que os impactos negativos não poderão mais ser transferidos, como de praxe, para os mais pobres. A propensão de todos os atores sociais a identificar e eliminar as fontes do dano ambiental tenderá, conseqüentemente, a se intensificar. Acredita-se ser legítima a discussão ambiental majoritária tendo por base a preocupação com a economia dos recursos ambientais - água, solo fértil, florestas. Mas, numa perspectiva de justiça e democracia, agrega-se a essa preocupação um questionamento quanto aos fins pelos quais esses recursos estão sendo usados. (ACSELRAD, MELLO; BEZERRA, 2009, p. 27-28).

Trata-se, portanto, de um novo paradigma de desenvolvimento ecossocialista

baseado no diálogo intercultural e reconhecimento da dignidade humana em contraponto ao antigo paradigma que promovia o capitalismo expansionista, baseado na lógica de dominação (SANTILLI, 2005, p. 14-15). A partir deste conceito entende-se, então, que as políticas públicas ambientais só podem ser consideradas sustentáveis e justas quando incluem as comunidades locais e promovem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais (SANTILLI, 2005, p. 15).

Dentre estes recursos, para este trabalho, se analisa a terra na condição de sustentáculo da vida, devendo como tal, ser reconhecida como direito humano fundamental vez que o acesso à terra é fator essencial para efetivação do direito ao desenvolvimento. Tendo em vista estes conceitos e experiência do Contestado como referência, a partir da transformação da terra em propriedade marcada pela promulgação da Lei Brasileira de Terras de 1850, houve um violento processo de apropriação fundiária por parte da elite brasileira, que comandava a organização política e econômica do território motivada pelo avanço do liberalismo no final do século XIX e início do século XX.

Neste período, à parcela vulnerável da população foi designada a escolha entre a subordinação na categoria de trabalhador ou a posse dos chamados “campos sujos”, territórios que pela sua natureza não carregavam valor econômico. No entanto, após limpos e trabalhados, estes camponeses tornaram-se vítimas do processo de grilagem e acabaram expulsos da sua terra. Na região Contestada, após ser concedido pelo Estado trecho para construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e suas faixas marginais na extensão de 15km de cada lado para colonização e industrialização para a Brazil Railway Company, a empresa acelerou o processo de expulsão dos posseiros destas terras.

Estes posseiros aliaram-se ao monge José Maria, visto como sucessor de João Maria, tido como curandeiro dotado de poderes sobrenaturais, que pregava o evangelho a seu modo e proclamava a monarquia como Lei de Deus, pois aqui a posse pacífica para subsistência era aceita. Em resposta a este movimento, a elite catarinense ordenou que tropas fossem ao encontro do Monge e seus seguidores a fim de dissipar a organização que se formava. Apesar disso, o ataque do governo apenas fortaleceu o espírito de luta e resistência dos caboclos que passaram a se unir em redutos conhecidos como Cidades Santas, onde propagaram a irmandade e o comunismo caboclo segundo “quem tem mói, quem não tem mói também e no final todos ficarão iguais”. Conforme apontam historiadores, o conflito armado perdurou de 1914 a 1916 e foi marcado por fortes investidas militares do Estado brasileiro que atacava com a força de canhões e metralhadoras, cercando os redutos e impedindo a passagem de alimentos, formando o que Auras define como sendo “verdadeiros campos de concentração” de um povo que tinha pouco mais que facões para se defender (AURAS, 1995, p.132).

Embora o conflito armado tenha acabado em meados de 1915 quando pela disparidade de forças entre os militares e o Exército Santo resultou na rendição dos caboclos sobreviventes, de acordo com os dados levantados para o estudo da fome na

região do Contestado pelos pesquisadores da geografia Vanessa Ludka, Nilson Fraga e Thiago da Silva Melo junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS), ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo Agropecuário e da Produção Agrícola Municipal e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a região que uma vez foi palco da Guerra do Contestado hoje está abandonada pelo poder público e apresenta os maiores índices de pobreza dos estados de Santa Catarina e do Paraná (LUDKA, 2016, p. 196; MELO, 2017, p. 138).

Conforme explica a professora Vanessa Ludka, a pobreza pode ser genericamente definida como “a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (LUDKA, 2016, p. 62). Em sentido mais amplo, Amartya Sen em sua obra “Desenvolvimento como liberdade” explica que a pobreza não deve ser entendida apenas como a baixa renda, mas como fator impeditivo do indivíduo gozar plenamente de sua liberdade e privativo do alcance de suas capacidades básicas, e como tal pode resultar em morte precoce, subnutrição e outras morbidades, analfabetismo, desemprego, etc. (SEN, 2001, p. 22).

Neste sentido, de acordo com os dados do MDS e IDH coletados por Ludka do censo do IBGE de 2010, os municípios considerados centros regionais como Videira (30,77%), Porto União (31, 29%), Caçador (36,25%) apresentam em média índices de pobreza próximos aos 30%, porém destaca que a presença de poucas pessoas com alta renda acaba por mascarar esses dados que são calculados *per capita*. Já as cidades periféricas como Lebon Régis (38,70%), Três Barras (39,86%), Timbó Grande (41,56%) e Calmon (43,47%) apresentam índices de pobreza próximos ou superiores a 40% (LUDKA, 2016, p. 137-138).

Tendo em vista o conceito de pobreza proposto por Amartya Sen, a professora analisa o problema da fome na região para corroborar os altos índices de pobreza:

Em estudos realizados na região, foi possível constatar que a fome conjuntural foi marcante no período da Guerra do Contestado, a fome estrutural está presente atualmente, pois a falta de recursos para a aquisição de alimentos e a ausência persistente de uma alimentação adequada é a realidade de muitas famílias daquela região. A fome crônica também é a realidade de muitas famílias, pois muitas delas comem menos do que deveriam para desenvolver seu organismo e levar uma vida saudável. E a fome oculta ou invisível é a mais presente, pois muitas famílias não ingerem as vitaminas necessárias para manter uma vida saudável (LUDKA, 2016, p. 61).

Ainda, conforme dados do Cadastro Único, úteis porque informam os números de famílias consideradas baixa renda, isto é, que recebem até meio salário mínimo por pessoa (MELO, 2017, p. 139, nota de rodapé), no ano de 2015 na cidade de Irani, 47,4% da população estava cadastrada. Já Matos Costa (88,8%), Timbó Grande (60%) e Lebon Régis (65,7%) apresentaram o dado alarmante de que mais da metade da população está cadastrada. Enquanto isso, cidades como Curitiba (35,6%), Caçador (26,7%) e Porto União (25,9%) que receberam maior número de imigrantes, hoje apresentam-se como

centros de desenvolvimento regional (MELO, 2017, p. 139).

Desta forma Melo conclui que a promessa de modernização e desenvolvimento da região além de não ter sido cumprida, acabou por provocar a desordem no território. Neste ponto, importa ainda destacar que o antigo trajeto da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul foi concedido à empresa América Latina Logística em 1998, que por considerá-la economicamente inviável suspendeu o tráfego de trens e desativou completamente a linha (MELO, 2017, p. 138).

No entanto, apesar das disparidades sociais a região foi transformada numa porção de destaque no contexto sulista pelo desenvolvimento da indústria madeireira extrativista e produtora de celulose, seguida pela pecuária e agricultura, com destaque para a monocultura de tabaco (LUDKA, 2016, p. 81). Hoje nota-se na região, a forte presença de indústrias frigoríficas e multinacionais derivadas destas primeiras atividades “como se o avançar do capital estrangeiro nunca tivesse cessado” (LUDKA, 2016, p.153).

Um bom exemplo disso é que o estado de Santa Catarina, com destaque para a área contestada, é ainda hoje o maior produtor de pinus, cultivados em monoculturas extensivas sob a falsa bandeira do reflorestamento que ignora a vegetação nativa e em nada auxilia para o melhoramento dos índices da região, vez que a mão de obra somente é necessária durante o período de plantio e corte (MELO, 2017, p. 140-141).

Apesar disso, as indústrias de celulose continuam a receber investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mesmo apresentando uma média de rentabilidade por hectare cultivado muito menor que a das produções camponesas, conforme dados do IBGE de 2014. Enquanto a silvicultura apresenta média de rentabilidade de 1.299,85 R\$/ha, ficando em 21º lugar, os primeiros lugares apresentam, respectivamente, médias iguais a 89.831,10 R\$/ha na produção de tomate, 48.000,00 R\$/ha na produção de maçã, 25.563,85 R\$/ha na produção de cebola, 24.000,00 R\$/ha na produção de pera e 22.307,70 R\$/ha na produção de pêssego (MELO, 2017, p. 142-143).

Assim, conforme conclui a professora Vanessa Ludka, se o subdesenvolvimento é um subproduto do desenvolvimento na qualidade de “uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial” (LUDKA, 2016, p. 126), o que se observa na região do Contestado é uma crise estrutural e sistêmica caracterizada pela ausência de direitos básicos como acesso à terra e alimentação adequada, vez que a terra e o próprio alimento dentro da perspectiva capitalista (neo)liberal foram transformados em mercadoria (LUDKA, 2016, p. 194).

Desta forma, Ludka e Melo concluem que a Guerra do Contestado ainda não acabou visto que seus desdobramentos ainda podem ser percebidos a partir dos elevados índices de pobreza e pessoas em situação de vulnerabilidade na região (LUDKA, 2016, p. 199; MELO, 2017, p. 140). Tendo em vista o conceito de justiça socioambiental, elucidado anteriormente nota-se que uma situação de injustiça, dentre outros fatores, importa no impedimento de acesso aos recursos naturais que promovem a qualidade de vida e a

dignidade humana a certas comunidades tradicionais, grupos de trabalhadores, grupos raciais e populações pobres, marginalizadas e vulneráveis.

Ante o exposto, não é difícil perceber a ocorrência de uma injustiça socioambiental que se perpetua na região contestada através da manutenção do modelo latifundiário de monoculturas que favorece o enriquecimento de uma pequena parcela em detrimento de uma população que sofre diretamente pelos danos ambientais e pela pobreza. No caso em discussão, observa-se que a política de desenvolvimento aplicada pelo estado brasileiro visando a industrialização e colonização da área contestada, representou na época uma verdadeira política de impedimento do acesso à terra e exclusão étnica que foi sistematicamente mantida pelo avanço do neoliberalismo.

Neste sentido, Marco Aurélio Saquet aponta a relação dialógica entre desenvolvimento e território, pois ao entender o território como uma construção social a partir das diferentes formas de uso e apropriação do espaço geográfico resultantes dos processos históricos e das relações de poder (SAQUET, 2011, p. 9), reconhece que o uso capitalista do território através dos processos de produção, da circulação de bens e pessoas, da valorização do capital e da reprodução da força de trabalho lhe dá forma e significado (SAQUET, 2011, p. 7-8). E, a partir desta noção de território o autor define as territorialidades:

As territorialidades, conforme estamos pensando a abordagem territorial, significam, sucintamente: a) relações sociais, de poder, no âmbito multidimensional; b) intencionalidades, objetivos e metas; c) apropriação simbólica e concreta do espaço geográfico; d) práticas espácio-temporais-territoriais, como sínteses das relações sociedade-natureza. Isso significa considerar as processualidades histórica e relacional, ao mesmo tempo, na formação de cada território e no movimento mais amplo de desterritorialização e reterritorialização, subsidiando de maneira consistente e sistemática a discussão e construção de planos e projetos de desenvolvimento territorial. (SAQUET, 2011, p. 10)

Desta forma, o autor conclui que a problemática do desenvolvimento precisa ser compreendida a partir das relações existentes entre os espaços (SAQUET, 2011, p. 10), valorizando os processos sociais, econômicos e culturais da sociedade local, priorizando a autonomia das instituições públicas locais para que haja efetiva contribuição para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para dignidade humana (SAQUET, 2011, p. 11-12).

Assim, tendo em vista o reconhecimento da relação direta entre territorialidade e cultura, explica Anibelli, deve-se portanto igualmente reconhecer que dentro de um único Estado existem diferentes manifestações de poder, as quais “clamam por constelações de juridicidades diferenciadas, cada qual em seu território específico, que está em constante modificação, opondo-se ao direito territorial do Estado” (ANIBELLI, 2009, p. 95), entendido pelo direito de forma simplista como um espaço delimitado, controlado e imutável sobre o qual o Estado exerce o poder soberano (ANIBELLI, 2009, p. 94).

Aqui, partindo novamente da experiência do Contestado e desta concepção de

territorialidade a autora explica:

O território socioambiental do Contestado é formado por diferentes povos, considerados atores sociais, que por meio da luta e da reivindicação de seus direitos, em prol do respeito ao seu modo de vida e de seus costumes, manifestados pelo poder de pressão exercido frente ao Estado, emergiram nesse cenário como 'novos' sujeitos de direito. Os novos sujeitos de direito do Território do Contestado caracterizam-se pelos camponeses (assentados e acampados), indígenas, ciganos e quilombolas, que convivem lado a lado com a velha aristocracia latifundiária. Todos esses grupos sociais (povos), pertencem ao mesmo território e nele coexistem e interagem, compondo um mosaico socioambiental (ANIBELLI, 2009, p. 82).

Desta forma, nota-se que os povos originários e camponeses que habitavam o oeste catarinense foram cruelmente expulsos de suas moradias com base em uma política desenvolvimentista que negava a sua existência e sua cultura para esvaziar a terra que havia se tornado mercadoria.

Neste ponto, importa lembrar que durante o processo de colonização, a terra na América Latina deixou de ser sustentáculo da vida para servir como meio de produção e abastecimento a baixo custo dos mercados externos. Conforme aponta Marés a promessa capitalista de criar na Europa um Estado de Bem Estar Social que se preocupasse em cuidar do cidadão, dando-lhe saúde, estudo, trabalho mesmo nos tempos de crise, paz e velhice digna, tudo mantendo o direito individual à propriedade privada, dependia da divisão justa da terra em parcelas que garantissem a sobrevivência e a produtividade, enquanto às colônias era destinada a produção em massa por meio de latifúndios monoculturais baseado na exploração da terra, da mão de obra barata “onde as promessas de Bem Estar Social deveriam ser trocadas por paternalismo e autoritarismo caudilhesco na América, e opressão colonial direta na África” (MARÉS, 2003, p.83).

Desta forma, vivemos hoje no século XXI as consequências deste modelo consumista exagerado reproduzido pelo capitalismo que transformou os recursos naturais em bens, relacionando a utilidade do bem ao seu valor de troca (MARÉS, 2015, p.58). E é nesse contexto utilitarista que a terra se insere de uma maneira peculiar, pois ela não se esgota após a produção e nem seu valor é agregado ao produto. Assim, diferentemente de outros bens, o valor da terra passa a ser diretamente relacionado ao seu potencial produtivo e como tal, deve estar vazia, uma vez que tudo aquilo que a sobrepõe -seja natural, construído ou a própria presença humana- reduz essa potencialidade e, conseqüentemente, o seu valor (MARÉS, 2015, p.58).

Assim, a natureza, os povos originários e tradicionais que habitam a terra e dela retiram seus sustento e manifestam sua cultura, são colocados na categoria de “obstáculo nefasto para a mercadoria terra”, uma vez que sua existência reduz o máximo aproveitamento, reforçando o argumento de que quanto mais vazia melhor (MARÉS, 2015, p. 59). E, por não terem reconhecida a posse do território em que vivem, esses povos são alvos de políticas desenvolvimentistas que ou negam sua existência ou buscam integrá-

los na sociedade capitalista de modo a transformá-los em trabalhadores sob a promessa que um dia se tornarão proprietários. De um modo ou de outro, cumpre-se o objetivo de esvaziar a terra. Conforme Marés:

As guerras camponesas nada mais foram do que a reação a esta violência. Pequenas lutas quando os camponeses eram surpreendidos desorganizados, e longas guerras quando conseguiam união e organização, como Contestado e Canudos. Os camponeses e posseiros não viviam vida luxuosa, é verdade, mas era farta e possível. Além disso, a ameaça de arrancá-los da terra onde viviam era uma condenação ao desterro, porque simplesmente não tinham outro lugar para viver. O único caminho que lhes restava era a luta. Portanto, estas guerras não tiveram um inimigo previamente estabelecido, não tinham um ideário político e a única razão da luta era manter a vida e a posse da terra. Foram os governos e o latifúndio, por sua iniciativa e vontade, que os declararam inimigos e os combateram (MARÉS, 2003, p. 105).

E, nos dias de hoje, a terra que foi motivo do conflito, encontra-se abandonada pelo governo ou nas mãos de latifundiários e conglomerados econômicos que persistem em reproduzir valores liberais em detrimento da qualidade de vida e da dignidade humana não só do povo caboclo, mas de todos que nela vivem, demonstrando na prática aquilo que aponta Marés em sua obra “A função social da terra” de que nada adianta existir no direito a ideia de função social se esta não altera nem restringe o direito de propriedade, passando então ao status de letra morta (MARÉS, 2003, p. 91).

Embora embeleze o discurso jurídico, a introdução ineficaz mantém a estrutura agrária íntegra, com suas necessárias injustiças, porque quando uma propriedade não cumpre uma função social, é porque a terra que lhe é objeto não está cumprindo, e aqui reside a injustiça. Isto significa que a função social está no bem e não no direito ou no seu titular, porque uma terra cumpre a função social ainda que sobre ela não paire nenhum direito de propriedade (MARÉS, 2003, p. 91).

Portanto, ao trazer as noções de justiça socioambiental e territorialidade (e com esta o direito à terra) para a noção do direito humano ao desenvolvimento, nos afastamos do ideal teórico de que os direitos humanos são universais e por consequência todos são portadores dos mesmos direitos, para nos aproximarmos da proposta de Joaquín Herrera Flores de que a todos devem ser oferecidos os instrumentos para concretização destes direitos a partir do reconhecimento da história, das lutas e da cultura de cada povo (FLORES, 2009, p. 38 - 42).

Ainda, tendo em vista a história da Guerra do Contestado e seus desdobramentos na organização socioeconômica dos municípios da região demonstrados no capítulo anterior, não se pode negar que a injustiça socioambiental sofrida pelo povo caboclo naquela época, permanece através da concentração fundiária por latifundiários e conglomerados econômicos que destroem o meio ambiente por meio da substituição da mata nativa por monoculturas, contribuindo com suas riquezas apenas para mascarar os índices sociais, enquanto o povo privado de sua terra passa fome.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, resta claro que a Guerra Santa do Contestado foi na verdade, uma revolta camponesa contra as forças opressoras das políticas de desenvolvimento do Estado que buscavam colonizar o território brasileiro à semelhança da Europa, traduzindo-se numa verdadeira política de exclusão étnica. Porém, embora mais de um século tenha se passado desde o final do conflito, estudos da geografia demonstram que a guerra favoreceu a institucionalização da relação de poder capitalista que contrapõe o latifundiário rico ao posseiro pobre, resultando no prejuízo do desenvolvimento socioeconômico das pequenas cidades que se desenvolveram a partir do conflito, que hoje sofrem com elevados índices de pobreza, fome e desemprego. Dessa forma, partindo do conceito de justiça socioambiental que dispõe que os recursos naturais e os custos de sua exploração devem ser igualmente repartidos por todos os membros da sociedade independentemente de raça ou classe, resta clara a situação de injustiça socioambiental sofrida pelos descendentes da guerra que hoje sofrem com o impedimento de acesso à terra, ao trabalho e sua subsistência.

E, a partir desta constatação, nota-se que apesar de o direito ao desenvolvimento ser reconhecido como um direito humano fundamental, sua concretização depende do reconhecimento do direito à terra e à territorialidade dos povos, pois assim retira-se a terra da categoria de propriedade individual para colocá-la novamente na qualidade de sustentáculo da vida, como fator essencial para permitir o desenvolvimento dos povos e suas culturas. Caso contrário, este direito continuará a ser apenas um marco teórico sem se reproduzir na realidade.

Assim, finalizo este trabalho lembrando que conforme disse Joaquín Herrera Flores, “revoltar-nos é assumir o testemunho da história”, é manter viva a esperança de defesa da vida frente a “nossa perigosa tendência à passividade e ao abandono da luta” (FLORES, 2009, p. 54). Lembrar da Guerra do Contestado é, portanto, lembrar da nossa história e reconhecer as injustiças sociais sofridas até hoje é o primeiro passo para corrigi-las.

REFERÊNCIAS

ANIBELLI, Mariana Baggio. **Contestado: um território socioambiental**. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, p. 130, 2009.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FACHIN, Melina Girardi. **Direito Humano ao Desenvolvimento: Universalização, Resignificação e Emancipação**. Tese (Doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 484, 2013.

FLORES, Joaquín Herrera. **A Re(invenção) dos Direitos Humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanências na rede viária do contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil.** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, p. 187, 2006.

GILBERT, Jérémie. **Direito à terra como direito humano: argumentos em prol de um direito específico à terra.** Revista Internacional de Direitos Humanos, ed. 18 (p. 121 - 143), 2013

LÖWY, Michael. **Ecosocialismo e planejamento democrático.** Crítica Marxista, n.28 (p.35-50), 2009.

LUDKA, Vanessa Maria. **Contestado, a fome e a pobreza com permanência da guerra: cenários paradoxais no sul do Brasil.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 222, 2016.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912 - 1916.** Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, p.498, 2001.

MARÉS, Carlos Frederico; **A função social da Terra.** Porto Alegre; Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARÉS, Carlos Frederico. **Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural.** Revista InSurgência, Brasília: ano 1, vol. 1, n.1. (p 57 -71), jan./jun, 2015.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da Reforma Agrária na região do Contestado Catarinense.** Revista Nera, Ano 20, Nº 35, 2017.

RAMMÊ, Rogério Santos. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos: conjecturas político-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica.** Caxias do Sul: Educus, 2012.

SANTILLI, Juliana. **SOCIOAMBIENTALISMO E NOVOS DIREITOS: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural.** São Paulo: Editora Peirópolis, Instituto Socioambiental (ISA) e Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), 2005.

SAQUET, Marco Aurélio. **O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática.** Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura. Vol. XIX, Nº 21 (p. 5-15), jan/jun, 2011.

SAQUET, Marco Aurélio; BRISKIEVICZ Michele. **Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial.** Caderno Prudentino de Geografia, Nº 31, Vol.1. (p. 3-16), 2009.

SEN, Amartya. **Development As Freedom.** USA: Oxford University Press, 2001.

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

